

EDUCAÇÃO E
MULTICULTURALISMO
UMA BREVE INTRODUÇÃO

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO



**EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO:
UMA BREVE INTRODUÇÃO**



RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO

**EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO:
UMA BREVE INTRODUÇÃO**

1ª Edição

Quipá Editora
2023

Copyright © do autor. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Revisão e normalização: o autor
Preparação e diagramação: Quipá Editora

Conselho editorial: Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora | Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri | Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri | Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará, Juazeiro do Norte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M929e Moura Filho, Raimundo Carvalho
Educação e multiculturalismo : uma breve
introdução do estado da arte / Raimundo Carvalho
Moura Filho. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2023.

50 p. : il.

ISBN 978-65-5376-244-2

DOI 10.36599/qpced-978-65-5376-244-2

1. Educação. 2. Diversidade cultural. I.
Título.

CDD 370.117

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada em outubro de 2023

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

INTRODUÇÃO

A escola é palco de uma grande diversidade. Pessoas de origens diversas, com religiões e culturas diversas, mesmo de outros países, a frequentam cada vez mais. A diversidade cultural é uma questão complexa e multifacetada que afeta diretamente o contexto educativo e a construção de identidades individuais e coletivas.

Assim, exploraremos diferentes perspectivas sobre a diversidade cultural e a sua relação com a educação e as suas implicações para a avaliação da aprendizagem. Em primeiro lugar, é importante reconhecer que a diversidade cultural não se limita à etnia ou à nacionalidade, mas inclui também questões relacionadas com o género, a classe social, a sexualidade e outras dimensões da identidade. A interseccionalidade é fundamental para pensar sobre como estas diferentes dimensões se entrelaçam e afetam as experiências e oportunidades de diferentes grupos.

Isso deve ser levado em consideração na formulação das políticas públicas, bem como na formação inicial e continuada de professores. As identidades são construídas no sistema representacional e as diferenças são percebidas e classificadas, o que significa a necessidade de uma qualificação profissional para a diversidade. O domínio dos conteúdos continua indispensável, mas é preciso que os profissionais da educação estejam cientes das demandas sociais que a escola busca atender. Dentre essas demandas, podemos considerar a relação com as identidades e com as diferenças que se manifestam nos espaços escolares.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	07
O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 2	19
A FORMAÇÃO DOCENTE: SOBRE NECESSIDADE DO ESTÁGIO	
CAPÍTULO 3	32
CURRÍCULO COMO PRÁXIS NA CONTEMPORANEIDADE	
REFERÊNCIAS	45
SOBRE O AUTOR	49

CAPITULO 1

O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

RESUMO DO CAPÍTULO

Este capítulo explora a relação entre diversidade cultural e educação, destacando a inclusão de diversas perspectivas e identidades no ambiente escolar. A diversidade transcende etnia e nacionalidade, abrangendo questões de gênero, classe social, sexualidade e outras dimensões identitárias. A interseccionalidade é fundamental para compreender essas interações. Políticas públicas e formação de professores devem incorporar a diversidade no sistema educacional, mantendo a importância do domínio dos conteúdos, mas conscientes das demandas sociais, incluindo identidade e diferença. A escola é vista como um

espaço de construção de identidades individuais e coletivas, buscando o desenvolvimento pleno, a cidadania e a competência para o trabalho.

O que é a escola? Aspectos da educação escolar

A educação escolar constitui-se em uma prática social. Com a especificidade de haver na prática educativa formal, a intencionalidade e finalidade ligadas ao ideal de ser humano que almejamos alcançar. A finalidade do caráter educativo existe em suas relações com os interesses de grupos antagônicos que compõem a sociedade e que acabam influenciando o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a educação é um direito social, pois é no espaço pedagógico escolar que os indivíduos adquirem a educação intencional e sistematizada.

A prática escolar é influenciada por condicionantes sociopolíticos que moldam

diferentes visões de indivíduo e sociedade, resultando em pressupostos diversos sobre o papel da escola, processo de aprendizagem, interações entre professor e aluno, métodos pedagógicos, entre outros. Fica evidente que a maneira como os educadores conduzem seu trabalho, selecionam e estruturam os conteúdos das disciplinas, assim como escolhem métodos de ensino e avaliação, está fundamentada em pressupostos teórico-metodológicos, sejam eles explícitos ou implícitos (LIBÂNIO, 1992, p.3).

Essa concepção nos remete ao que José Sacristan aborda em "Currículo: uma reflexão sobre a prática", referindo-se aos subsistemas. Com esse conceito, o autor destaca que o currículo está inserido em diversos tipos de práticas que não se limitam apenas à prática pedagógica de ensino. Envolve aspectos pedagógicos, culturais e também políticos. Abrange ações de natureza política, administrativa, de supervisão, de produção de recursos, de criação intelectual, de avaliação, entre

outras. Esses subsistemas, em parte autônomos e em parte interdependentes, geram diversas influências que impactam a ação pedagógica.

A escola, enquanto espaço pedagógico, está sujeita a mudanças sociais. Por um lado, é vista como uma instituição que oferece instrução formal aos indivíduos, visando à sua preparação para o mercado de trabalho, ou seja, proporcionando uma educação voltada para a sistematização do conhecimento. Por outro lado, enfatiza-se seu papel como agente de socialização, construindo as bases para uma formação cidadã comprometida não apenas com a educação científica, mas também com valores éticos e políticos, buscando, assim, a emancipação dos sujeitos.

A complexidade dos debates sobre os objetivos da educação na contemporaneidade adiciona-se à discussão necessária sobre a função social da escola. No contexto brasileiro, que é o nosso foco de interesse, a legislação vigente determina que a educação é um direito de todos e

um dever do Estado e da família promovê-la. Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, entende-se que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. É importante ressaltar que, nesse texto constitucional, o princípio da gestão democrática é destacado como algo inédito, embora esteja restrito ao sistema público de ensino.

As identidades

As identidades são moldadas por discursos e sistemas de representação que criam lugares a partir dos quais os indivíduos podem posicionar-se e falar. A diferença é muitas vezes apoiada pela exclusão, pela negação das semelhanças.

A identidade está sempre relacionada com outra identidade e a diferença é a base da sua definição. Esta perspectiva obriga-nos a pensar

sobre como as identidades são percebidas e apresentadas em contextos educativos e como as categorizações (“nós” e “eles”) afetam a inclusão e a exclusão. Além disso, é importante distinguir entre perspectivas essencialistas e não essencialistas sobre a identidade. Enquanto a primeira se baseia em características fixas e imutáveis, a segunda reconhece a construção da identidade em relação aos outros.

A teoria da linguagem de Saussure enfatiza a importância dos opostos binários na criação de significado, e isso se reflete nas relações de poder encontradas em várias dicotomias culturais. O multiculturalismo, por outro lado, refere-se a estratégias para lidar com a diversidade cultural na sociedade. No entanto, esta abordagem pode variar amplamente, desde a celebração da diversidade até tentativas de integrar todas as culturas na cultura dominante.

O multiculturalismo crítico questiona o privilégio da cultura e da identidade sobre questões

económicas, materiais e de poder. A emergência do multiculturalismo está relacionada com acontecimentos históricos como o fim dos impérios europeus, a Guerra Fria e a globalização. A globalização trouxe consigo a homogeneização cultural, mas também permitiu resistência e subgrupos.

A escola tem um papel central na promoção do multiculturalismo, mas muitas vezes luta para promover a pluralidade e a diversidade. A escolaridade pode ser vista como um multiplicador da desigualdade, especialmente quando se consideram as teorias de Bourdieu e Passeron. Segundo eles, a educação contribui para o crescimento da desigualdade social através da reprodução cultural. Mas esta posição crítica é contestada por outros teóricos, como Althusser e Snyders, que acreditam na possibilidade de luta de classes na escola.

O currículo oculto desempenha um papel importante na transmissão de valores e crenças

dominantes, reforçando preconceitos e normas culturais. A desigualdade no acesso à educação é também um problema que afeta grupos minoritários, perpetuando a desigualdade social. Para superar esses desafios, é necessária a implementação de estratégias educacionais transformadoras.

Isto inclui uma abordagem crítica que incentiva a reflexão sobre as estruturas de poder, uma abordagem inclusiva que considera as diversas necessidades dos alunos e uma ênfase na comunicação intercultural que incentiva a comunicação entre diferentes grupos culturais. É importante reconhecer que o multiculturalismo não é uma doutrina única, mas um projecto político cultural em constante evolução.

A educação desempenha um papel fundamental na promoção do multiculturalismo, desde que possa abraçar a diversidade, reconhecer as relações de poder e promover a mudança social. Em suma, pode-se afirmar que a diversidade

cultural é uma realidade interna da sociedade e da educação modernas.

Com uma abordagem crítica e inclusiva, a escola pode desempenhar um papel crucial na promoção do multiculturalismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A avaliação da aprendizagem deve refletir estes princípios, considerar as diversas experiências e perspectivas dos alunos e promover a equidade na educação. O desafio é continuar a questionar e transformar as nossas práticas educativas em busca de uma verdadeira valorização da diversidade.

O multiculturalismo

A discussão que se segue tem como base duas obras principais: Multiculturalismo e educação: reflexões sobre a prática pedagógica”¹ e

¹ PANSINI, F.; MENEZES, M. A. Multiculturalismo e educação: reflexões sobre a prática pedagógica. Revista de

“Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo”².

A governança democrática é destacada, embora limitada ao ensino público brasileiro. A identidade é influenciada por discursos e sistemas de representação, muitas vezes baseados na exclusão e negação das semelhanças. O multiculturalismo é uma estratégia para lidar com a diversidade, variando de celebração à integração cultural. A escola desempenha um papel central no multiculturalismo, mas enfrenta desafios como a desigualdade pelo currículo oculto e desigualdade de oportunidades. Recomendam-se abordagens transformadoras que promovam a reflexão sobre estruturas de poder, considerando as necessidades dos alunos e a comunicação intercultural. A avaliação da aprendizagem deve refletir esses princípios e promover a igualdade. A conclusão enfatiza a necessidade contínua de mudar práticas

Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 13, n. 1, p. 31-39, 2008.

² SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

educativas para valorizar a diversidade, enquanto questiona a persistência de práticas tradicionais de avaliação.

Por definição, multiculturalismo significa a coexistência de diversas culturas numa região, cidade ou país dominada por pelo menos uma cultura. Ou seja, estas diferentes culturas coexistem mantendo as suas próprias características, e o seu aparecimento na década de 1970 foi uma reação contra as tentativas de assimilação de grupos imigrantes ou minoritários na cultura nacional dominante. A principal ênfase do multiculturalismo está na valorização da diversidade cultural em todos os campos e na proteção do direito a essa diversidade.

O foco é promover o respeito e a tolerância às diferenças, eliminar preconceitos e estereótipos relacionados, criar uma coexistência harmoniosa e facilitar o intercâmbio entre diferentes grupos. Em vários de seus trabalhos, José Carlos Libaneo trata da relação entre educação e multiculturalismo,

investigando como o multiculturalismo se aplica às políticas públicas e à pesquisa que busca compreender as sociedades humanas como compostas por múltiplas culturas. Suas obras como “Didática”, “Pedagogia e pedagogos, por quê?”, “Democratização das escolas públicas: pedagogia crítico-social de conteúdos”, “Organização e gestão escolar: teoria e prática” e “Adeus professor, olá professor? requisitos e a profissão docente”, explorou estes tópicos em detalhe.

CAPITULO 2

A FORMAÇÃO DOCENTE: SOBRE NECESSIDADE DO ESTÁGIO

RESUMO DO CAPÍTULO

O capítulo aborda a integração entre teoria e prática na formação de professores, com foco no contexto multicultural do Brasil. Destaca-se a relevância de considerar as adversidades e desigualdades no processo formativo. A interação entre teoria e prática é fundamental desde a prática inicial, e a formação supervisionada é destacada como um campo aplicado. O estágio é visto como uma etapa crucial, proporcionando uma visão ampla da profissão e permitindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Além disso, destaca-se a importância da reflexão ética e política na prática docente. O texto conclui enfatizando a integração orgânica entre a formação universitária e a prática

profissional como essencial para o desenvolvimento profissional dos futuros professores.

O estágio docente

A discussão sobre o multiculturalismo no contexto da educação obriga-nos inevitavelmente a falar sobre a formação de professores, especialmente no contexto do Brasil. Em particular, esta formação teve em conta temas relacionados com as dificuldades e desafios da desigualdade e da adversidade. Portanto, é importante abordar também o tema da prática de trabalho na formação de professores, que é parte importante dessa aprendizagem.

Nessa relação de formação docente, a interação entre teoria e prática deve ser levada em conta desde a prática. Essa interação permeia o debate sobre o custo da educação, especialmente da formação de professores, especialmente a partir da

década de 1980. Novas perspectivas epistemológicas enfatizam a ligação entre teoria e prática, tendo a formação supervisionada como campo aplicado. A teoria e a prática devem ser consideradas principalmente como um campo de conhecimento e de pesquisa para a preparação de futuros professores.

Portanto, a formação é uma parte importante do processo de formação e crucial quando se trabalha num contexto multicultural. A formação orientada oferece ao aluno a oportunidade de praticar atividades profissionais na realidade em que atua. Segundo Cury (2003), a prática orientada é uma oportunidade de articular um momento de saber com um momento de fazer. Ambos são inseparáveis, mas cada um tem sua dimensão.

Segundo os autores Garrido, Pimenta e Maria Lima (2006), a dicotomia entre teoria e prática pode ser superada por meio da educação profissional, campo de conhecimento que inclui a

reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da comunidade. sociedade Esta visão da formação contrasta com as tradições que veem a formação como mera imitação de modelos ou mera instrumentação técnica. Ainda segundo as autoras, a perspectiva da prática não se limita à observação dos professores em sala de aula, mas se estende à análise crítica teórica e à compreensão profunda da realidade social em que ocorre o ensino.

O estágio deve ser uma preocupação, um eixo de todas as disciplinas do curso de formação de professores. E não apenas daquelas erroneamente chamadas práticas. Essa concepção de estágio, como aproximação da realidade, como atividade teórica, é análogo ao que deduzi Maurício Tardif (2002), sobre a formação nos cursos de formação de professores. Para o autor, é necessário que a formação seja. Redirecionado para a prática, para a escola e, por conseguinte, para lugar de futuro trabalho.

Além da formação de conhecimentos acadêmicos, é importante que trabalho e estudo se complementem, pois esta é uma dinâmica comum que desenvolve possível posterior ascensão profissional. Portanto, segundo Miguel Zabalza (2014), é um erro confundir estágio com estágio profissional ou pré-profissional, ou mesmo considerá-lo como a última etapa de uma carreira, quando os alunos podem aplicar o que são estudado através dos cursos universitários. O estágio deve ser visto como uma oportunidade de enriquecimento com diversas experiências educacionais. No processo de desenvolvimento ao longo da vida (conhecido como “aprendizagem ao longo da vida”), a interação entre teoria e prática é essencial. A formação neste amplo contexto de formação continuada existe no entendimento de que é parte integrante da aprendizagem, onde a educação promove o desenvolvimento profissional e pessoal.

Prática e teoria

Compreendo que a unidade teórico-prática proposta por Celma Pimenta para o local de trabalho docente é concebida na teoria de Maurice como a ideia de uma ordem orgânica entre a formação universitária e a prática profissional. Nesse contexto, a formação profissional desempenha um papel crucial, contribuindo para um processo mais amplo de formação. Além da formação em conhecimentos acadêmicos, é fundamental que o trabalho e o estudo se complementem, pois essa é a dinâmica normal a partir da qual se desenvolvem e se baseiam eventuais progressos profissionais.

A natureza multidimensional do estágio pode ser reforçada através de exercícios. Na verdade, o autoconhecimento, a visão crítica do cenário de trabalho e as complexas relações que surgem no ambiente escolar entre alunos, professores e pais são a contribuição formativa da

prática. Além disso, o estágio como componente curricular dá aos alunos a oportunidade de ter uma visão mais ampla do mundo e da cultura da profissão e uma oportunidade incômoda, mas valiosa, de vivenciar seus próprios cenários profissionais. A dinâmica da prática também ilumina a aprendizagem acadêmica, como enfatiza o autor Zabalza (2014, p. 109-110):

Porque permite iluminar as aprendizagens acadêmicas a partir da prática profissional real (o que se explica nas aulas se entende melhor após ter experiências reais nos cenários profissionais reais). Em especial no caso de disciplinas de claro sentido profissional, os conteúdos adquirem um significado muito mais claro se os alunos tiveram previamente alguma experiência de práticas: entendem melhor sobre o que se está falando, sabem relacioná-lo aos processos reais que puderam conhecer durante as práticas, entre outros. • Porque permite ler melhor a prática profissional real (o que se vê e se faz nos centros de práticas entende-se melhor após se ter aprendido os fundamentos teóricos nos quais se baseia essa ação). Logicamente, as disciplinas acadêmicas possibilitam aos estudantes o desenvolvimento de

capacidades decodificadoras (vocabulário, recursos para as análises, conhecimento básico dos processos e dos recursos tecnológicos empregados, entre outros) que lhes permitirão entender melhor o que ocorre nas empresas e instituições onde fazem seus estágios.

“Para que serve ou como posso aplicar o que aprendi?”, eis uma das perguntas que os estudantes devem se fazer. Agora, no momento do estágio, é a oportunidade de rever e avaliar informações e estereótipos que eram mais relevantes num contexto acadêmico do que na prática profissional real. O estágio representa uma situação de aprendizagem, reflexão de processos e aquisição de técnicas e formação de uma identidade profissional. Significa adaptar-se a situações variáveis e mal definidas e aprender a compreender e organizar-se para saber como agir diante delas.

Momento de questionamento

A atividade analítica e reflexiva oferecida pelo estágio complementa os conhecimentos adquiridos na universidade. Não é, portanto, contrapor dois mundos (o da prática, comumente associado à universidade, e do prática, geralmente associado à escola, ao estágio). Como meio de produção e aplicação de conhecimento, a formação é prática e pedagógica.

Pelo estágio, a formação docente é enriquecido pela complexidade inerente ao ambiente escolar inserido em relações sociais mais amplas. Não se trata de promover a reflexão em si, mas de proporcionar experiências reais de trabalho com profissionais reais, envolvendo situações de trabalho e cenários profissionais reais. Além disso, estimula a reflexão sobre aspectos éticos e políticos, o que ajuda a compreender os motivos pelos quais as coisas são como são e como o aluno pode abordá-las de forma adequada.

Os estágios, especialmente na forma supervisionada, são parte integrante do currículo da educação/formação docente. Requer o desenvolvimento de atividades práticas e teóricas sob supervisão e orientação de profissional experiente, no caso, o professor universitário. Em relação ao estágio supervisionado em cursos de licenciatura, esta prática baseia-se numa análise teórica da atividade pedagógica. Esta integração caracteriza-se por uma interação entre teoria e prática que vai além de uma mera formalidade burocrática.

Durante a prática orientada, o futuro profissional entra em contato com a realidade em que atua, o que proporciona um momento decisivo para a reflexão crítica e imersão na dinâmica cotidiana do ambiente pedagógico. As relações, tanto de conflito como de cooperação, são inerentes a este contexto e representam considerações importantes.

Considerações finais do capítulo

Compreende-se que a unidade teórico-prática destaca a integração orgânica entre a formação universitária e a prática profissional.

Neste contexto, a formação profissional desempenha um papel crucial, enriquecendo o processo formativo em sua totalidade. Além da absorção de conhecimentos acadêmicos, a complementaridade entre trabalho e estudo se configura como a dinâmica natural que impulsiona o desenvolvimento e avanço na carreira profissional.

A natureza multidimensional do estágio é amplificada por meio de atividades práticas. Esta abordagem proporciona não apenas o autoconhecimento, mas também a visão crítica do ambiente de trabalho, revelando as complexas interações entre alunos, professores e pais no contexto escolar.

O estágio, enquanto componente curricular, oferece aos estudantes a valiosa oportunidade de uma visão mais abrangente da profissão e a experiência inestimável de imersão em cenários profissionais autênticos. A dinâmica da prática também ilumina a aprendizagem acadêmica, como salienta Zabalza (2014, p. 109-110), ao permitir a compreensão aprofundada das relações entre o conteúdo acadêmico e sua aplicação prática. A atividade analítica e reflexiva promovida pelo estágio se integra harmoniosamente ao corpo de conhecimentos adquiridos na universidade, evitando a dicotomia entre teoria e prática.

A formação, enquanto processo de produção e aplicação de saberes, assume uma abordagem prática e pedagógica. O estágio, ao enriquecer a formação docente com a complexidade do ambiente escolar e suas interações sociais, transcende a mera reflexão para oferecer uma experiência real de trabalho com profissionais do campo.

Além disso, estimula a reflexão sobre questões éticas e políticas, proporcionando uma compreensão mais profunda das razões que guiam as práticas educacionais. Os estágios, especialmente na forma supervisionada, desempenham um papel integral nos currículos de formação docente, exigindo a combinação de atividades práticas e teóricas sob a supervisão de um profissional experiente, geralmente um professor universitário. No contexto do estágio supervisionado em cursos de licenciatura, a prática é embasada em uma análise teórica da atividade pedagógica. Esta integração vai além de um mero requisito administrativo, proporcionando ao futuro profissional um encontro essencial com a realidade em que irá atuar.

Este momento se revela crucial para a reflexão crítica e para a imersão na dinâmica cotidiana do ambiente pedagógico, no qual as relações, sejam de conflito ou de colaboração, emergem como elementos essenciais a serem compreendidos e considerados.

CAPÍTULO 3

CURRÍCULO COMO PRÁXIS NA CONTEMPORANEIDADE

RESUMO DO CAPÍTULO

O capítulo aborda o currículo como uma construção histórica impregnada de valores e pressupostos, destacando sua complexidade e sua influência nas questões de identidade, poder e cultura. As teorias sobre o currículo emergiram com o desenvolvimento de um campo de estudos especializados, resultando na formação de especialistas e na criação de disciplinas universitárias dedicadas ao tema. A seleção de conteúdos no currículo oficial reflete um exercício de poder sobre o conhecimento, sendo um ponto crítico de debate. Além da prática pedagógica, o

currículo abrange diversas esferas, incluindo ações políticas e administrativas. (SILVA, 1999).

Currículo em perspectiva

O currículo, em seu conteúdo e nas formas como se apresenta aos professores e alunos, é uma opção historicamente configurada, carregada de valores e pressupostos que é preciso decifrar. Segundo Tadeu Silva (1999)³, *curriculum* significa “pista de corrida”. É o percurso percorrido, aquilo que nos tornamos.

Ainda segundo Tadeu Silva (1999) O currículo é um campo complexo, entrelaçado com questões de identidade, poder e cultura. As abordagens tradicionais e críticas em relação a esse espaço revelam que o currículo não é apenas uma questão epistemológica, mas um fenômeno

³ SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

multifacetado que transcende os limites do conhecimento. A emergência das teorias sobre o currículo está intimamente ligada ao desenvolvimento de um campo de estudos especializados nessa área. Isso resultou na formação de um corpo de especialistas e na criação de disciplinas e departamentos universitários dedicados exclusivamente ao estudo do currículo.

O processo de seleção dos conhecimentos a serem incluídos no currículo oficial é um reflexo claro do exercício de poder sobre o conhecimento. O currículo oficial se apresenta como uma manifestação tangível do domínio do saber, e é exatamente essa questão de poder que se torna um divisor de águas no debate sobre o currículo. Conforme observado por Tadeu, tanto as teorias tradicionais quanto as críticas e pós-críticas estão intrinsicamente ligadas à discussão sobre o currículo.

As teorias pedagógicas e educacionais, de maneira geral, também podem ser entendidas como

teorias sobre o currículo, mesmo que o termo "currículo" nem sempre seja explicitamente empregado. É importante ressaltar que o estudo do currículo enquanto objeto específico de investigação ganhou destaque nos Estados Unidos, sendo o livro *The Curriculum* de 1918, de autoria de Bobbitt, um dos marcos precursor na consolidação desse campo.

Do modelo tradicional, o currículo se tornou uma questão de tecnologia CAD? Esse modelo educacional começou a ser criticado ainda na década de 1960, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Ao elaborar o currículo, buscava-se avançar cientificamente em um cenário sociopolítico marcado pelas tensões da Guerra Fria. Foi durante a transição dos anos 60 para o início dos anos 70 que surgiram reações mais fortes contra a concepção puramente técnica. O movimento heterogêneo de reconceituação do campo curricular surgiu como resposta às abordagens burocráticas e administrativas do

currículo. Um dos marcos desse movimento de renovação e atualização foi a conferência sobre o currículo organizada nos Estados Unidos em 1973. Em resumo, os intelectuais reunidos, embora discordassem em vários aspectos, rejeitaram algumas perspectivas comportamentistas e empiristas sobre o currículo.

O currículo é, assim, uma construção cultural que reflete a interação de diversas práticas educacionais. Para compreender o currículo em sua totalidade, é essencial considerar não apenas os aspectos materiais e ideias que o formam, mas também os contextos políticos, administrativos e sociais nos quais se desenvolve. José Sacristan, em "Currículo: uma reflexão sobre a prática", ressalta que o currículo não é uma realidade abstrata à margem do sistema educativo, mas sim uma prática que se manifesta através de diversas ações.

Ele é moldado por fatores históricos e contextuais, refletindo um modelo educacional específico. O conceito de currículo como práxis

implica que ele é algo em constante construção, resultado de uma série de operações e transformações. Sua configuração não pode ser compreendida sem considerar as condições reais de seu desenvolvimento. Portanto, é fundamental uma abordagem crítica que leve em conta as realidades que o condicionam.

A partir dos avanços teóricos introduzidos pela teoria crítica do currículo, que se destacou pela ênfase nos aspectos políticos e na noção de poder que o permeia, surgiu outra perspectiva teórica sobre o currículo no contexto do ensino escolar. Trata-se da nova sociologia da educação, que emergiu nos Estados Unidos na década de 70, com uma preocupação mais direcionada aos fundamentos essenciais do currículo.

No entanto, a teoria pós-crítica trouxe à tona aspectos como as ações do currículo oculto, o poder e a luta de classes, que muitas vezes são relegados a segundo plano pela teoria crítica. Com efeito, os estudiosos que adotam uma postura

investigativa pós-moderna e pós-crítica tendem a privilegiar análises que envolvem questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outras. As contribuições resultantes das reflexões sobre as teorias do currículo no ensino estão associadas ao entendimento de que o currículo é, essencialmente, uma prática social.

Além disso, o currículo não se restringe à prática pedagógica de ensino. Ele permeia diversos subsistemas, envolvendo ações políticas, administrativas, de supervisão e produção de meios. O significado do currículo é, em última instância, determinado pelos contextos nos quais se insere. Na contemporaneidade, as tecnologias digitais têm transformado a dinâmica das salas de aula e o papel do professor como facilitador do conhecimento. A era da informação digitalizada proporciona acesso facilitado ao conhecimento, mas também apresenta desafios.

O acesso à informação não é mais controlado apenas pelo professor, mas é

amplamente disponível e interativo. Isso exige dos educadores uma metodologia mais flexível e personalizada, além de uma capacidade de resposta imediata a diversos interlocutores. No entanto, a proliferação de informações na era digital requer uma habilidade crítica para transformá-las em conhecimento. As escolas precisam se tornar poderosos cenários de aprendizagem, onde os alunos investigam, compartilham, aplicam e refletem.

É essencial preparar os cidadãos para a complexidade e incerteza da era digital. Isso implica desenvolver hábitos intelectuais que promovam a compreensão contextualizada e fundamentada do conhecimento. Em última análise, a educação na contemporaneidade não pode mais se limitar à transmissão de informações isoladas.

É necessário promover o desenvolvimento de conceitos fundamentais que permitam pensar de maneira disciplinada, crítica e criativa. A escola do século XXI precisa ser um ambiente dinâmico e

adaptável, capaz de formar cidadãos autônomos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Isso requer uma abordagem inovadora e integrada, que reconheça o papel fundamental do currículo como práxis na construção do conhecimento e na formação de indivíduos capazes de prosperar na era digital.

A abordagem inovadora para o desenvolvimento do currículo escolar, fundamentada em teorias contemporâneas da educação propõe uma mudança substancial na concepção do que é ensinado, priorizando a negociação de significados e a criação de experiências significativas para os alunos. Destaca a importância de envolver os estudantes em situações problemáticas que demandem a aplicação de conhecimentos e habilidades relevantes. Além disso, ressalta a necessidade de um currículo mais flexível e dinâmico, capaz de permitir o surgimento de conteúdos emergentes com base nos interesses e propósitos dos aprendizes. O texto também enfatiza

a importância de desenvolver competências cognitivas de ordem superior e promover uma aprendizagem mais profunda e significativa, em contraposição à mera reprodução de dados.

Consideramos ainda o princípio de considerar as dimensões emocionais, corporais e atitudinais no desenvolvimento pessoal dos alunos. Com efeito, a necessidade de uma abordagem baseada em problemas ou situações, em detrimento de um currículo centrado em disciplinas. No âmbito da prática docente, propõe uma transformação na função do professor, que passa a atuar como facilitador do processo de aprendizagem.

A importância de adotar abordagens instrutivas variadas, incluindo instrução direta e facilitação, de acordo com as necessidades e características dos alunos. Em síntese, é necessário oferecer uma perspectiva inovadora e abrangente para o desenvolvimento do currículo escolar, considerando as demandas contemporâneas da educação na era digital. Propõe uma mudança de

paradigma, centrada na promoção da autonomia e do protagonismo dos alunos, bem como na integração de dimensões emocionais e atitudinais no processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a complexidade dos debates em torno dos objetivos da educação na contemporaneidade, fica claro que o currículo desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e na formação de cidadãos preparados para os desafios da era digital.

A legislação brasileira estabelece a educação como um direito de todos, e a escola, portanto, se torna um espaço crucial para a promoção da emancipação dos sujeitos. As identidades, moldadas por discursos e sistemas de representação, revelam a importância de abordagens inclusivas e não essencialistas para promover a diversidade e combater a exclusão.

O multiculturalismo crítico surge como uma ferramenta vital para questionar o privilégio da cultura e da identidade sobre questões econômicas e de poder. No contexto dos estágios, a prática profissional ganha destaque como uma oportunidade valiosa para os estudantes vivenciarem o ambiente de trabalho, refletirem sobre aspectos éticos e políticos, e desenvolverem uma identidade profissional sólida. A integração entre teoria e prática, muitas vezes polarizada, revela-se como uma necessidade imperativa para uma formação docente enriquecedora.

Por fim, diante da era da informação digitalizada, a escola do século XXI precisa se transformar em um ambiente dinâmico e adaptável, onde os alunos não apenas absorvem informações, mas também investigam, compartilham, aplicam e refletem sobre o conhecimento. A promoção de habilidades de pensamento crítico e criativo se torna crucial para preparar os cidadãos para os desafios e incertezas do mundo contemporâneo.

Em suma, a construção de um currículo como práxis na contemporaneidade exige uma abordagem inovadora e integrada, que reconheça o papel fundamental da educação na formação de indivíduos capazes de prosperar na era digital e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. É fundamental que educadores, políticos e todos os agentes envolvidos na educação se unam nesse propósito, para promover uma transformação real e significativa no cenário educacional.

Afinal, a educação é o caminho para a emancipação e o desenvolvimento pleno de cada indivíduo e, por consequência, de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, José Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Pearson EducationBrasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22095>. Acesso em: 20 Jul. 2023.

AMARAL, Leila Dias Pereira do. Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação. Palmas: Unitins, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Brasília: MEC, 2013.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Orgs.) Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso, 2015. 270p

BACICH, Lilian; MORAN, José. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

CANEN, A.; OLIVEIRA, A. M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo

de caso. Revista Brasileira de Educação, v. 21, p. 61-74, 2002.

CHUEIRI, M. A. Avaliação da aprendizagem: uma prática reflexiva. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, v. 1, n. 1, p. 59-60, 2008.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 80, p. 115-147, 2008.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. O que é filosofia da educação? Rio de Janeiro: DPA, 1999.

HOFFMANN, J. Avaliação da aprendizagem escolar: para além da verificação de resultados. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2022.

LIBANELO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. p. 263-294.

MORAES, D. A. F. d. Prova: instrumento avaliativo a serviço da regulação do ensino e da aprendizagem. Estudos em Avaliação Educacional, v. 31, n. 75, p. 1-16, 20.

MÉNDEZ, J.M. Álvarez. Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir. Porto: Edições Asa, 2002.

PANSINI, F.; MENEZES, M. A. Multiculturalismo e educação: reflexões sobre a prática pedagógica. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 13, n. 1, p. 31-39, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. Cortez Editora, 2004.

SILVA, A. C. et al. Avaliação formativa: instrumento para aprendizagem significativa na série do 9º ano do ensino fundamental da Escola Salesiana da. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 4, n. 6, p. 1-16, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. Educação em Revista (online), v. 34, p. 1-23, 2018.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. Revista brasileira de estudos pedagógicos, vol. XXVIII(67): 3-29, 1957.

ZABALZA, Miguel A. O Estágio e as Práticas em Contextos Profissionais na Formação Universitária. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SOBRE O AUTOR

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO

É professor efetivo de História na rede de educação básica de Imperatriz/MA. Tem Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). É mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. É Membro/pesquisador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM-CNPq/UEMA) e do Laboratório de Estudos Medievais (LEME/UFG). É pesquisador na Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). No mestrado estudou as representações acerca dos ideais de vida religiosa eremítico e cenobítico, a partir de discursos hagiográficos (vida de santos) entre os séculos XI e XII. Tem experiência em História da Igreja

medieval e em História da Filosofia, com ênfase em Filosofia Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia afetiva, as concepções acerca da alma e do corpo, e relações interpessoais nos escritos do abade cisterciense Aelredo de Rivelaux (1110-1167 d.C).

ISBN 978-655376244-2



9

786553

762442